

# O imaginário da fronteira no Guaporé lusitano no século XVIII<sup>1</sup>

**Suelme Evangelista Fernandes<sup>2</sup>**  
Universidade Federal de Mato Grosso

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo acerca das múltiplas relações (sociais, econômicas e culturais) estabelecidas nas fronteiras do Guaporé lusitano, na antiga Capitania de Mato Grosso, através do diálogo entre a Antropologia e a História, enfocando o cotidiano e suas representações, contidos na documentação e nas publicações veiculadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT).

**Palavras-chave:** Mato Grosso; fronteira; século XVIII; Antropologia e História; IHMT.

<sup>1</sup> Este artigo é parte integrante do dossiê *Mato Grosso Português: ensaios de Antropologia Histórica*, publicado originalmente pela Editora da UFMT, em 2002, no volume 6 da *Série Antropologia*, publicação do Departamento de Antropologia, que a *Aceno* tem reeditado em suas últimas edições.

<sup>2</sup> Professor concursado de Educação Básica – Licenciatura em História pela Secretaria de Estado de Educação. Técnico do Instituto de Terras do Instituto de Terras de Mato Grosso. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (1999), especialização em Antropologia (UFMT, 2000) e Mestrado em História pela UFMT (2004).

## The imaginary of the border in the Portuguese Guaporé in the 18th century

**Abstract:** This work was done objectifying multiple relationship (social, economic and cultural) established at the Portuguese Guapore's frontier, at the ancient administrative Region of Mato Grosso, through a dialogue between Anthropology and History, with its central focus at the daily activities and its representation, searched in old documents and reports in property of the Historical and Geographic Institute of Mato Grosso (IHGMT).

**Keywords:** Mato Grosso; frontier; XVIII century; Anthropology and History; IGHMT.

## El imaginario de la frontera en el Guaporé portugués en el siglo XVIII

**Resumen:** Este trabajo tiene como objetivo realizar un estudio sobre las múltiples relaciones (sociales, económicas y culturales) que se establecen en las fronteras del Guaporé portugués, en la ex Capitanía de Mato Grosso, a través del diálogo entre Antropología e Historia, con foco en lo cotidiano. vida y sus representaciones, contenidas en la documentación y publicaciones editadas por el Instituto Histórico y Geográfico de Mato Grosso (IHGMT).

**Palabras clave:** Mato Grosso; frontera; Siglo XVIII; Antropología e Historia; IGHMT.

O objetivo deste trabalho é estudar as múltiplas relações econômicas, sociais e culturais estabelecidas no Guaporé lusitano, à luz do diálogo entre os dois campos disciplinares, a Antropologia e a História, a partir dos anos 80, culminando na criação de uma pós-graduação *lato e stricto sensu* em 1998, fortemente influenciada pela concepção da Nova História.

O florescer do pensar historiográfico de forma sistemática surgiu com o princípio positivista da Ordem e do Progresso presentes na produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1885, tendo reflexo em todos os círculos intelectuais do Brasil, fortemente influenciada pela metodologia francesa. Desde a disposição das fontes meticulosamente catalogadas e registradas a partir de então, no intuito de construir uma História legitimamente nacional aos moldes racionais do Iluminismo (Estado nacional, civilização, progresso).

Apesar de ser uma visão retilínea e monocausal da disciplina, ideologicamente fundamentada na ideia etapista do evolucionismo social, essa produção foi imprescindível para que possamos efetuar com mais clareza a operação historiográfica atualmente.

É bem verdade que a geração de fundadores do IHGB estava profundamente marcada pela recusa do ideário e prática da Revolução Francesa. (...) Escrever história brasileira, enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizado, eis o empenho no qual se concentravam os esforços dos membros do IHGB. (DIEHL, 1998: 30)

A primeira universidade conceitualmente composta no Brasil foi fundada na década de 30 por intelectuais franceses e ingleses, denominada Universidade de São Paulo (USP) e representou um novo momento nas pesquisas sociais do país, avançando em áreas como Antropologia, Sociologia e História.

Desde o surgimento do IHGB até a década de 1970, quando a UFMT foi fundada, a produção científica mato-grossense foi pautada na visão do IHGB. Com a fundação do Departamento de História na UFMT, a Historiografia surgiu, bastante influenciada no referencial marxista, característica da maioria dos trabalhos sobre Mato Grosso colonial desta fase. As concepções renovadoras das disciplina, inspiradas na Escola dos *Analles* de 1929, só começaram verdadeiramente a tomar corpo a partir dos anos 80, culminando na criação de uma pós-graduação *lato e stricto sensu* em 1998, fortemente influenciada pela concepção da Nova História.

Portanto, há ainda muito campo a ser percorrido no sentido de lançar luz ao cotidiano e às representações coloniais presentes nesta parte do continente, na antiga Capitania de Mato Grosso. Desafio que, necessariamente, nos leva a buscar outros canais de diálogo interdisciplinares. O trabalho antropológico envolve o estudo dos significados e das representações sociais nas diversas culturas buscando a compreensão do outro na sua magnitude e complexidade. Um estudo de Ethnohistória teria que conjugar as duas tendências científicas que caminharam separadas por muito tempo em virtude do mito do campo e da objetividade científica.

Ao abordar um tema tão complexo como a fronteira Oeste da colônia lusitana, busco fazer um diálogo entre os campos científicos, sem negar a identidade de

historiador e me aproximando da Antropologia, na perspectiva da interação interdisciplinar, que me parece um bom caminho para contribuir com o enriquecimento de ambas.

A minha escolha pela produção do IHGMT nasce em razão de haver uma escassez de trabalhos executados a partir de tal documentação, que aborda em outras circunstância temporais os documentos históricos coloniais, sob uma concepção positivista, altruísta da colonização, no entanto extremamente legítima no que diz respeito às fontes pesquisadas e no discurso corrente na época ao qual se trata.

Ao analisar a documentação e publicações visitadas e revisitadas pelo IHGMT, como forma de observar a tônica discursiva, figura de linguagem e pressupostos que fizeram de certa forma o arcabouço dos estudos atuais sobre Mato Grosso, perspectiva bastante importante para a historiografia local.

## O Guaporé luso-hispânico

Se observarmos a vastidão e as riquezas dos Impérios lusitano e espanhol no ultramar durante a fase colonial, nada em tese explicaria o descompasso econômico dos dois reinos em relação a outros países capitalistas. As respostas para tais diferenças, além do endividamento externo de ambos os tronos Ibéricos, poderiam ter matrizes religiosas, políticas e econômicas.

No caso de Portugal, as tentativas de reestruturação econômica intensificaram-se no Governo do Primeiro-Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Homem culto, com uma biografia e carreira diplomática afamada em vários países da Europa, fortemente influenciado pelas ideias iluministas da época, ocupou o cargo no Reinado de Dom José I durante o período 1750-1777, engendrando um auspicioso projeto voltado para a impulsão e incentivo ao desenvolvimento do mercantilismo e preservação das posses coloniais portuguesas espalhadas nos três continentes, principalmente na colônia mais rica e cobiçada por todos, a colônia americana.

A política pombalina, entre outros aspectos, consistia na separação entre clero e nobreza; estruturação de um novo e dinâmico sistema jurídico e tributário; criação de companhias de comércio de capitais mistos; fomento industrial; investimento na área educacional e científica (a educação passou para esfera estatal) e na construção de um moderno aparato de defesa do patrimônio territorial das colônias.

Os efeitos destas reformas sobre a América portuguesa foram muitos, pois, destacando-se entre as colônias lusitanas como a mais rica, o Brasil era desejado pelo seu potencial mineral na fase do metalismo, e consideravelmente maior que a própria Metrópole, tornando-se por isso valioso tesouro nas mãos portuguesas. Esta disparidade e interdependência entre Metrópole e Colônia respaldada pelos laços do exclusivo colonial, causou um maior interesse por parte das potências capitalistas europeias pelo rompimento do pacto colonial e abertura de novos mercados, vantagens que convergiram na intensificação do contrabando já existente desde o Século XVII na costa atlântica.

A necessidade de desenvolver, proteger o patrimônio e continuar explorando a colônia ante as ameaças emancipacionistas, tornou-se um dilema para a coroa lusitana, pois os interesses externos e internos poderiam se conjugar com vistas à autonomia da colônia.

Tomando como parâmetro as experiências obtidas no desempenho determinante exercido pelos naturais das colônias na defesa das posses ultramarinas e o

papel importante da população na continuidade da exploração econômica, Portugal adotou uma estratégia de incentivo e aumento da base demográfica da colônia brasileira. Como se tornava inviável uma imigração em massa de portugueses para o interior da Colônia, Pombal determinou a desclericalização de missões e europeização dos índios através da miscigenação.

Para Jovam Vilela da Silva (1995: 53-4), as instruções régias de 1749 determinavam uma especial atenção ao tratamento dispensado às nações indígenas existentes, principalmente àqueles índios tidos por administrados. Determinavam ainda que recolhessem os índios em aldeamentos e lhes distribuíssem sesmarias, conservados no seu meio natural, aplicando todos os meios *e indústria* indispensáveis e suaves para os doutrinar conforme a caridade cristã.

Os jesuítas e sua política de proteção e evangelização dos índios tornaram-se grandes entraves à pretendida miscigenação e exploração portuguesa, sendo perseguidos violentamente pelo governo pombalino em toda a colônia, e mais energeticamente na região Norte (amazônica) da Colônia brasileira.

Sobre o assunto, Novais (1985: 136-7) acrescentou:

Assim, durante o consulado pombalino, que é quando se estrutura de forma mais sistemática a política mercantilista lusitana, ao mesmo tempo que todo um esquema de ação política de índole ilustrada, lançaram-se as grandes linhas de definição territorial e preservação das fronteiras. Com vistas a uma presença mais ativa do poder do Estado, definiam-se dois eixos: um horizontal, acompanhando o grande rio, no Estado do Maranhão; outro, oblíquo, e seguindo a costa marítima no Estado do Brasil. Ao mesmo tempo que se intensificavam as campanhas em defesa do extremo Sul, no Norte através da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, empreendeu-se a instalação de toda uma ousada linha de fortificações.

Localizando espacialmente essa estratégia mercantilista na Capitania de Mato Grosso, enquanto rota do contrabando inglês, a Coroa portuguesa deparou-se com outro problema a ser resolvido, talvez a necessidade de desenvolver, proteger o patrimônio e continuar explorando a colônia ante as ameaças emancipacionistas, tornou-se um dilema para a coroa lusitana, pois os interesses externos e internos poderiam se conjugar com vistas à autonomia da colônia. o mais grave de todos: a situação de conflito ocasionada pela disputa da posse das terras localizadas nesta parte da América do Sul.

Para consolidar as novas posses, Portugal colocou em ação uma estratégia de valorização das fronteiras, fundando a sede da Capitania, Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, e incentivando o crescimento populacional desta Vila através de privilégios fiscais e auxílio ostensivo da Coroa, causava um clima de tensão e constante alerta na fronteira a admissão da transgressão do Tratado de Tordesilhas (1494) em terras hispânicas, dado o risco de enfrentamentos armados entre os dois lados.

Causava um clima de tensão e constante alerta na fronteira a admissão da transgressão do Tratado de Tordesilhas (1494) em terras hispânicas, dado o risco de enfrentamentos armados entre os dois lados.

Contudo, esta situação de aparente conflito entre as duas coroas pela consolidação de suas fronteiras propiciou aos povos negros e indígenas uma possibilidade concreta de execução de alianças estratégicas em busca de liberdade. Os negros migravam para a margem esquerda do rio no lado espanhol a fim de fugir do jugo português e os índios, para escapar da exploração e da miséria instalada em suas missões, fugiam para o lado português.

Lázaro de Ribera, que durante oito anos (1785-1793), foi governador político e militar da província de Moxos, chamava a atenção em 1788 para o estado deplorável em que

se encontravam as missões desta província abandonadas ao contrabando e à usurpação. Segundo ele após vinte e dois anos de governo teocrático, os padres haviam conseguido levar à ruína esses povos. (...) Era frequente também, que negros escravos passassem para o lado das missões, fugindo dos castigos. (...) Em 1786, o vigário de Exaltación, padre Félix José de Sosa, dava conta ao Governador Lázaro Ribera sobre a fuga de sessenta famílias de índios dessa missão (Moxos) que passaram ao forte Príncipe da Beira. (MEDRANO, 1997: 268)

As práticas do comércio ilícito no âmbito do público e do privado (contrabando), poderiam ter sido uma alternativa para o arrefecimento da crise e o cumprimento aos desígnios régios de suposta proteção e defesa.

Distantes, no entanto, dos principais centros, tanto de uma como de outra colônia, como também de suas respectivas metrópoles, lusos e hispânicos aproximaram-se e se ajudaram, mesmo nas ocasiões em que tais iniciativas não eram de interesse da política colonial de uma ou de outra corte (VOLPATO, 1996: 54).

O contrabando envolvia os padres das missões de Moxos e os membros do oficialato português.

O gado, principal riqueza da província, havia passado às mãos dos portugueses (...) O depoimento de um negro, que havia fugido do forte Príncipe da Beira para Moxos, deixava claro que essas ações eram habituais entre os portugueses. Segundo ele, o furriel de dragões D. Francisco Rodrigues del Prado, se internava nos pampas do Mapucho levando o gado vacum e praticando essa operação a balaços (...). Segundo depoimentos de indígenas, os párocos, abusando dos seus direitos, vendiam os produtos obtidos com seus esforços, especialmente tecidos, chocolate, açúcar e sebo, aos comerciantes espanhóis em troca da prata lavrada, veludos e outros artigos. Da mesma forma especulavam com os portugueses do forte Príncipe da Beira, para onde saíam periodicamente, um grande número de canoas carregadas com mercadorias produzidas nas missões (...) A construção do Forte foi, por isso, uma ameaça real à integridade das missões, mas também uma fronteira aberta ao contrabando. (MEDRANO, 1997: 265)

As relações de fronteiras entre os dois países só podem ser entendidas pela historiografia contemporânea se levarmos em conta esta situação de dicotomia paradoxal. Ao analisar situações estruturais dos fortes na parte ocidental da colônia (Bragança e Iguatemi), constatamos que, os mesmos passaram por problemas gravíssimos no tocante à infraestrutura de abastecimento, demonstrando as dificuldades de fixação dos povoadores de fronteira utilizando os fortes como foco, os problemas de ordem financeira da Coroa e da colônia, bem como as imposições encontradas no ambiente natural.

passados dois meses, chegou-se à praça do Iguatemi. A fortificação heptagonal, no estilo Vauban na França, achava-se inacabada e não dava defesa alguma, porque se penetrava de dentro para fora e fora para dentro quase por toda parte. (...) totalizando cerca de trezentos homens. Acham-se nua, morta de fome e sem comunicação com parte alguma. (MELO E SOUZA, 1999: 7)

A presença da agricultura e de casas no perímetro dos fortes representava uma tentativa de reprodução de um ambiente familiar doméstico necessário à adequação do homem nesta região amazônica *inóspita* e, mais que isso, mais uma prova das intenções de povoamento da metrópole.

Nos meios aparentemente mais adversos, parecia haver sempre a possibilidade, ou o desejo de construir um cotidiano agradável. A necessidade de ajuda mútua entre os guardiães diante das circunstâncias da fronteira, da distância da Metrópole e as diretrizes portuguesas fizeram com que neste ambiente houvesse uma reciprocidade, o que não significa afirmar que houve um total afrouxamento das relações de dominação.

Para os pobres, os desamparados pela sorte, tudo era diferente, e o isolamento poderia ao contrário, significar perigo extremo. Nas expedições sertão adentro, a sobrevivência era garantida pela manutenção do convívio grupal. (MELO E SOUZA, 1999: 68).

A fronteira, portanto, nestas condições poderia significar um misto de enriquecimento ilícito ou lícito e um risco perene. Quanto à presença e à noção de espacialidade dos índios, anterior a presença dos brancos, abordarei com maior dedicação no transcurso do trabalho. A invenção da fronteira

A definição do conceito de fronteira é bastante vasta, tão vasta como a própria fronteira em si, e por vezes pode representar inúmeras nuances diferentes para as várias épocas, podendo se alterar de acordo com os interesses econômicos e ideológicos das mais variadas épocas em que se situam.

Enquanto parte do patrimônio material e ideológico que determina as relações da sociedade com seu espaço, a fronteira pode ser definida ao mesmo tempo como construção ideológica, cultural, política, e como o conjunto de fenômenos concretos identificáveis no campo das representações. Mesmo na sua concretude, a fronteira exprime necessariamente uma dimensão simbólica que ultrapassa o aspecto localizado no fenômeno". (MALDI, 1997: 187)

A fronteira materializa sonhos de enriquecimento e imposições naturais. Sendo o local por excelência do contrabando e da corrupção; do ambiente natural agressivo e hostil habitado por animais perigosos e doenças desconhecidas e por povos bárbaros gentios; um espaço remoto e vazio demograficamente (deserto) pronto para o povoamento; pode despertar desejos de ambição e cobiça pela exuberância de suas paisagens e as riquezas existentes, vastas terras agricultáveis, minérios escondidos, Eldorado Perdido nos Confins ou pode representar um espaço para o degredo e a purificação da alma.

A fronteira oferece esperança e ilusão: terras para quem não tem, riqueza para o pobre, promoção social para o humilde e para o servo, que se converte em homem livre. Ir para a fronteira é correr riscos, mas é nesse quadro que vai surgir o arquétipo popular do homem que se faz a si mesmo com esforço. (...) Não se deve esquecer que, via de regra, os habitantes da fronteira lusitana representavam uma verdadeira marginalia, já que, no afã de povoar o extremo ocidente, as autoridades criaram leis protecionistas que estimularam a sua ocupação e fixação, aí incluído a tolerância a alguns tipos de crimes. (MALDI, 1987: 150-1)

Na abordagem do tema ao qual me proponho, o imaginário da fronteira sob a ótica lusitana, enquanto local de degredo, me baseio no referencial etno-histórico presente nos estudos de Laura Melo, especialmente em suas obras *Inferno Atlântico* e *O diabo na terra de Santa Cruz*, no intuito de esboçar as várias representações da fronteira do Guaporé.

A fronteira do Guaporé reflete os elementos medievais e de modernidade presentes no arcabouço mental dos seus idealizadores, construtores mantenedores (...) situados numa ponte entre o medieval e o moderno, iriam lutar, pilhar, construir feitorias, fazer "guerra justa" ao índio e cooptá-lo para a guarda de fronteira – sempre em nome da fiel vassalagem ao Rei. (MALDI, 1989: 11)

Para enfocar tal objeto, busco situar a Capitania de Mato Grosso no universo do imaginário das fronteiras na Colônia luso-brasileira. Para tanto lanço mão das produções historiográficas existentes a respeito do assunto e principalmente da produção do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT).

A opção pelo período do Governo do Capitão General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres se justifica por acreditar que talvez ninguém melhor que ele incorporou a mentalidade ilustrada pombalina expansionista na Capitania de Mato Grosso, por todos os atributos que o reverenciavam como tal no contexto colonial, conforme veremos a seguir.

A política lusitana tinha vários sentidos e direções no que se refere à fronteira, que envolvia expansão territorial e econômica, ou seja, legitimação das novas poses através do povoamento que era necessário à defesa e *locus* apropriado para a prática do contrabando ilícito e *oficial secreto* (praticado e incentivado pela esfera estatal) pouco propalado na documentação, mas bastante praticado entre ambos os lados.

No imaginário dos súditos *del-rey* essa fronteira poderia significar a possibilidade de enriquecimento ilícito, estando esta ideia disseminada tanto na esfera mais elevada da Corte lusitana como na mentalidade do homem comum, apesar de alguns verem com desprezo a ocupação de postos na fronteira.

Os verbetes que até hoje povoam nossas memórias de povoamento, miscigenação, vazio demográfico, riquezas sem igual historicamente misturam-se com os discursos sobre as adversidades do sertão. Numa conveniência econômico-religiosa, que une a inspiração das Cruzadas e da Evangelização, presentes em todo processo de colonização lusitana na América e a possibilidade da obtenção de riquezas aos moldes metalistas mercantis da época, local onde o índio vivia num espaço nebuloso e sombrio, necessitando de uma maior clareza, que seria a incorporação deste espaço na concepção europeia de civilização, enquanto modelo cultural, econômico e principalmente religioso.

Mais uma vez as raízes medievais estão presentes. (...) a conquista foi uma cruzada, uma guerra santa, cujo espírito proselitista, expansionista e militarista se trasladou à América. A cruzada é substituída pela evangelização como um direito, um dever do Cristão. Trata-se na essência do Éthos conquistador com o cristianismo. (MALDI, 1989: 188)

As construções de representações, acerca dos *sertões* enquanto tema de ninguém, bastante utilizadas na época, serviriam para reforçar a necessidade do povoamento e ratificar os debates iniciais da demarcação dos limites entre ambos os impérios, sob o apelo do *uti possidetis*, o direito de posse a quem povoou. Talvez surgisse daí o extremo da ideia de isolamento bastante subliminarmente entendida na produção do IHGB. Segundo informa Jovam Vilela, analisando as instruções régias para a Capitania de Mato Grosso, adentrar as terras de ninguém não significaria uma improbidade e inclusive, justificaria esta ocupação.

## A fronteira dos degredados

Os sertanistas tinham que contar, durante suas audaciosas jornadas, com mil outros perigos e incômodos. Não só as moléstias, mais ainda a fome, a sede, o gentio brabo, os animais peçonhentos e agressivos, compunham um vasto cortejo de ameaças, contra as quais deveriam precaver-se os que embrenhavam na selva. (HOLANDA, 1995: 91)

Talvez esta dimensão não chamasse tanto a atenção se as obras de Laura Melo e Souza fossem desconhecidas. Nelas, a representação das fronteiras e da expansão ultramarina já se fazem presentes com todo o seu universo mítico e mágico tipicamente medieval, bastando assim situarmos a Capitania de Mato Grosso na órbita do imaginário do restante da colônia.

No século XVI, a ideia de purgatório era relativamente recente, e a grande noção nela embutida, de que ele seria como um inferno de duração limitada, opondo-se à ideia de eternidade, se propagou no mundo ocidental através da Igreja Católica.

É nessa concepção religiosa que a colônia luso-brasileira poderia representar enquanto povoamento um local onde as pessoas poderiam cumprir penas temporariamente e depois retornarem ao país de origem, o que nem sempre ocorria, após purgarem a alma.



A pena já começava na própria travessia marítima, que tinha características de um exílio ritual, onde o degredado iniciava o longo trajeto de purificação. Na realidade o degredo se transformava nos desdobramentos diversos de um grande rito de passagem. (MELLO E SOUZA, 1995: 90)

Segundo a autora, a Inquisição Portuguesa por volta do século XVII criou na colônia americana um lugar privilegiado de degredo, e passou a ser a saída para a montagem do sistema colonial. Como aumento do número de réus a Inquisição portuguesa passou a fazer parte e colaborou no processo de montagem do sistema colonial, *como um dos aparelhos de poder empenhados no vasto processo de exclusão e normatização das sociedades ocidentais, consideradas modernas.* (MELLO E SOUZA, 1998: 96).

Nestes casos, os interesses de colonização somavam-se à intenção Inquisitorial, conjugando esforços para legitimar e ampliar as possessões portuguesas. Cumprir o degredo era a pior pena que se podia desejar. Os condenados faziam qualquer coisa para se livrar de tal pena. A Colônia separava-se da Metrópole por uma barreira de riscos, doenças, piratas e resíduos morais; pois a vida em família e religiosa não poderia ser as mesmas em um lugar tão insalubre e infestado de vícios e maus costumes. O fantasma do Brasil assustava e a travessia significava encontrar-se com a morte, catástrofes, naufrágio e doenças terríveis; estes aspectos moldavam aos poucos o universo colonial.

Já em sua obra *os Desclassificados do Ouro: pobreza mineira no século XVIII* (1982), acompanhando estes momentos iniciais da colonização, adentrando o território através do desenvolvimento da Capitania de Minas Gerais, Mello e Souza veio a afirmar que:

Várias eram as alternativas para a utilização da mão-de-obra desclassificada na dilatação das fronteiras coloniais: nos corpos de guarda que se aventuravam pelo sertão em entradas; a guarda, defesa e manutenção dos presídios; o trabalho em obras públicas e na lavoura de subsistência; a formação de corpo de guarda e polícia privada; a composição de milícia e de outros recrutados esporadicamente para fins diversos; a abertura e povoamento de novas áreas, as fronteiras. (MELLO E SOUZA, 1982: 74)

No que diz respeito às diferenças entre a expansão portuguesa do litoral e da região amazônica, elas residem no fato de que na fachada oceânica as terras tinham garantias preestabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas, possuindo uma base demográfica razoável, além de contar com *limites* difíceis de serem transpostos. Enquanto do lado acidental, além da situação de clandestinidade e baixa densidade demográfica, as *fronteiras* ofereciam maior vulnerabilidade no tocante à defesa, o que levou a Coroa a implementar durante o governo pombalino uma política de povoamento: *Vilas, Fortes, Povoações haviam sido fundadas na fronteira com o fim de transformar a Capitania de Mato Grosso, no antemural do Brasil* (VOLPATO, 1987: 54).

Se era desígnio régio tal tática de povoamento e ocupação que, como a utilização do degredo, se tornou uma constante na expansão colonial na Capitania de Mato Grosso, a ocupação, além de ser uma condição para exploração, era algo vital para a defesa do território em disputa, acompanhando as características gerais das representações acerca da fronteira, como podemos constatar nesta correspondência de 1771, referindo-se a uma guarnição de fronteira, o Forte Bragança:

Toda a máquina da agricultura daquele presídio se apóia em cinco ou seis roceiros, que oprimidos de dívidas se acolheram nele, para inclinarem as perseguições dos seus credores; e como seja necessário para a proteção em nenhum caso chegue a afrontar a ordem, da justiça, este negócio encerra em si bastante delicadeza (...) Os meios que me

servi para conciliar estes extremos, foram o de inclinar os credores a servirem-se de consignações anuais a respeito dos devedores, e aceitarem o traspasse das vendas dos seus furtos. (MENDONÇA, 1985: 236)

Ou como afirmara Maldí (1989), citando uma Instrução Régia a Rolim de Moura em 1754:

para esse intento (o povoamento) me parece poderá ter algum lugar conceder The Sua Majestade o privilégio do couto pelo tempo que for servido para que os criminosos possam de qualquer parte recolher-se aquele Distrito (o Guaporé) e chamar suas culpas para ali se livrarem, sendo obrigados depois disso por esta mercê a residirem três anos no mesmo lugar. E ficando incursos em pena de degredo ou morte cível este se lhe comuta à proporção de mais um ano de residência.

Ou ainda:

Manter indivíduos presos no Forte era um estranho paradoxo: a maioria da população que foi enviada para as obras era formada de sentenciados. (1989: 150-153)

Ao analisarmos a situação do Forte Príncipe da Beira e o seu efetivo, nos paramos com a possibilidade concreta da utilização do degredado nas forças de fronteira, tal qual foram os índios, sobretudo os desclassificados dos espaços urbanos:

Utilizando o caso da negra crioula forra Maria Eugênia (ROSA, 1986), que foi presa em Cuiabá, acusada de prática de feitiçaria e quase enviada para o presídio do forte, podemos nos perguntar: quantos degredados, sentenciados, negros escravos, pobres e índios fizeram parte do seu efetivo?

Vários outros discursos reforçaram uma imagem depreciativa e até purgatória da fronteira emoldurando-se nas concepções atlânticas do processo colonizador, também presentes na Capitania de Mato Grosso, além do que, para os cuiabanos, a infernização destas plagas era de fundamental importância na desqualificação de Vila Bela, inserida nas condições da disputa com a repartição do Cuiabá, elementos que abordarei pontualmente daqui por diante.

## A visão da fronteira enquanto um deserto

A representação do deserto nos documentos históricos analisados nos remete à tradição judaico-cristã ocidental e à imagem da purificação e do jejum bíblico<sup>3</sup>.

Durante os séculos XVI, XVII, XVIII, era comum a associação das florestas com os desertos e a solidão medieval. Em várias passagens presentes na Revista do IHGB vemos léxicos que caracterizam essas regiões onde encontram-se os grandes desertos do mundo. Vejamos algumas passagens:

ninguém por conveniência própria arrostaria a árdua empreza de atravessar as referidas 23 léguas de deserto desde Vila Bela até ao Forte Príncipe da Beira, é a mais árdua arrostar por altas serras as embarcações, além de outros mais trabalhos que se sujeitam, e que exigem a demora extraordinária de quatro, e mais mezes, só para vencer as 70 léguas de cachoeiras... (RIHGB, 1840: 45-52, Tomo II, apud SOUZA COUTINHO, 1995)

E ainda na mesma RIHGB, citada por Souza Coutinho (1995):

Como, pois, no commercio de Mato Grosso se não quer ver a mesma causa, e ainda mais activa?! Digo mais activa porque os negociantes do Pará, e os mais atrazados de Mato Grosso, têm muito menos cabedal proporcionalmente que os do reino, porque

<sup>3</sup> “E Jesus, cheio do Espírito Santo, voltou do Jordão e foi levado pelo Espírito ao deserto; E quarenta dias foi sentado pelo diabo, e naqueles dias não comeu coisa alguma; e, terminados, ele teve fome”. (LUCAS, 4: vs. 4, 1983).

estas capitanias têm muito menos população, porque no reino não seria preciso ir rompendo estradas, ir fazendo casas, e levar o provimento de víveres para atravessar tão dilatados desertos como nesta navegação se precisa. (RIHGB, 1840:45-52, Tomo II)

Ao se referir ao Forte Príncipe da Beira, Virgílio Corrêa Filho (1984: 401) lançou um olhar sobre as obras:

O novo Forte Príncipe da Beira, em cuja regular fortificação se tem trabalhado desde 1776, ao menos, com 200 pessoas, daí para cima, exatamente mantidas e pagas de seus vencimentos com os diminutos meios e faculdades de que só possa se prevalecer-me, de alguma forma se poderiam comparar aos de um pigmeu que, com os seus pequenos braços, se propusesse a abarcar algum vasto e mal seguro edifício, no meio dos desertos, sustentando-o das muitas ruínas e desamparos a que precisamente se achasse exposto em semelhantes termos (...) E curioso é que, a margem do rio, temido pelas suas sezões fatais e cujos acessos pereceu Domingos Sambocetti, antes de ver terminada a execução do seu projeto, como que se abria na esplanada do forte, oásis próprio a longevidade, conforme testemunhou Alexandre Rodrigues Ferreira.

Ricardo Franco de Almeida Serra ao falar do ouro observou a qualidade do solo:

O ouro destas minas é grosso, de vinte e três quilates, e colhido pelos Hespanhóes, não com o trivial trabalho nas matas das minas, mas sim escavando a terra e arêa movediça daquelle lugar até a flór d'agua, que verte tanto que dificulta... (RIHGMT 1840:21, Tomo II).

Denise Maldí, utilizando-se do conceito de Le Goff, coloca a representação do deserto como uma imagem medieval recorrente. Segundo ela:

ao seu ver, o deserto autêntico ou imaginário desempenhou um papel importante nas grandes religiões euroasiáticas: judaísmo, islamismo, cristianismo. Uma vez que os modelos culturais do ocidente medieval derivam primeiro da Bíblia e, portanto, do oriente, é preciso considerar que la o deserto é uma realidade ao mesmo tempo geográfico-histórica e simbólica. Como realidade simbólica, permitiu a idealização o eremitismo ocidental, em que se buscava a solidão e a santidade (...) Não haveria, portanto, um deserto localizado: A história do deserto, aqui e além, agora e logo foi sempre feita de realidades espirituais e materiais misturadas entre si, um vaivém constante entre o geográfico e o simbólico, o imaginário e o econômico, o social e o ideológico". (MALDI, 1989).

A fronteira Oeste da colônia, enquanto significado semiótico e semântico de deserto, constituiu-se num espaço para a peregrinação e purificação, conforme já nos referimos, quanto às nas passagens bíblicas. Ora com João Batista, ora com Jesus, a peregrinação era um momento de purificação espiritual, penitência e despojamento material, o que coloca as fronteiras da Capitania de Mato Grosso nas representações bastante correntes na América colonial portuguesa.

## A fronteira das intempéries

A existência de tantos macróbios diminutamente serviria para atrair novos colonos, amedrontados com a maligna do afamado Guaporé, onde não teria edificado a fortificação imponente, em desafio às adversidades de toda ordem se não lhe animasse a construção o zelo incansável de Luís de Albuquerque(...) (CORRÊA FILHO, 1984: 401).

Michel Vovelle estudando as mentalidades na idade média, tomando como objeto as pinturas e esculturas da era medieval, nos apresenta uma versão do purgatório associada a rios caudalosos de fogo e prisões, presentes no imaginário europeu:

Nela se distingue nitidamente um rio de fogo fervilhante de seres sofrendo e orando (...). Outras almas cujo destino parece ainda pior estão enfiadas até a cabeça nas águas glaucas de um lago profundo, ou melhor, de um tanque, do qual só aparece uma parte.

Uma terceira categoria de almas está sobre o próprio chão ingrato e pedregoso, em sua maioria deitadas na postura de mortos, às vezes, porém, parecendo deitar ou se reanimar. Esta visão de purgatório aquático se encontra em vários locais (...). Encontramos esse lugar de trânsito em um afresco proveniente da pequena capela de Notre-Dame-de-Benva, em Lourgues, que desenvolve, sobre três paredes, o ciclo completo do além-mundo, desde o inferno, sobreposto à cavalgada dos vícios, até o purgatório e, depois, a Jerusalém celeste, apresentada na galeria de virtudes. Nesse afresco, o purgatório tem aspecto de uma prisão gradeada, mas descoberta, permitindo ver, de cima para baixo uma pequena multidão de almas nuas. (VOVELLE, 1997:89-90)

É importante destacar neste ponto que certamente o discurso produzido pelo IHGMT está permeado desta disputa entre Cuiabá e Mato Grosso. E que os horrores do Guaporé poderiam ter sido amplificados no século XVIII e XIX como parte da estratégia de se justificar que a capital da Capitania fosse Cuiabá que, de fato era, mas de direito era Vila Bela. Então, os discursos provenientes de Cuiabá ressaltavam esta diferença entre as duas repartições no tocante aos aspectos naturais políticos e econômicos. As referências naturais se apresentam no discursos como elementos pitorescos, adversos da mata hostil e inóspita, com aqueles que se aventuravam a enfrentá-la.

Todavia é importante lembrar que as condições climáticas, tal como se concebiam na Idade Média, apresentava-se como gerador de todas as pragas e apareciam conjugadas impreterivelmente com as ditas intempéries e escatologias, que estudaremos mais adiante.

Citamos algumas dessas passagens:

em cinco annos, cinco mezes e quatorze dias, que n'elle existo Vila Bela) ainda não houve nenhuma epidemia, e o presente anno vai correndo saudavel, apesar de mil prognósticos, a que deu cauza a extraordinária enchente do Guaporé, que excedeu uma pollegada a do anno de 1784 (...) O cálculo do Cuyabá é mais vantajoso, e a diferença a favor dos nascidos talvez não deixa lugar a muitos exemplos. Aquelle clima em que cheguei a experimentar um calor de 97 graus a escala de Farenheit, é isto não obstante, summamente saudável. As mulheres são muito fecundas, e crianças livres de bexiga e de outras molestias, vingam com a maior facilidade e até com grande economia, porque a athmosfera é a a camisa universal das crianças cuyabanas. (LEVERGER, 1854:124, in: RIHGB, Tomo XXVIII).

O clima (de Cuyabá) é muito mais benefico, que o do Mato grosso; pois n'elle não se esperimentam as irregularidades, que affligem os habitantes d'aquellas ásperas montanhas: tem as duas mutações do anno, de verão e inverno de temperada qualidade, que fazem o paiz muito salutifero. (José Gonçalves da Fonseca, Manuscrito pelo Conselheiro do IHGMT Joaquim Maria Nascente de Azambuja, RIHGB, 1866: 48, Tomo XXIX).

As inúmeras mortes do Guaporé causavam pânico nos habitantes da fronteira e pavor na capitânia, não é de se admirar que nestas circunstâncias o homem comum via com malgrado a ideia de habitar alguma guarnição de fronteira e o recrutamento não era algo tão fácil como requeria o Ministro Pombal, levando a Coroa a entre outros tantos mecanismos, 'servir da mão-de-obra indígena na defesa.

Além do completo domínio das áreas envolvidas no conflito, os índios, pela sua relação com o ambiente natural, não sofriam com as "intempéries e percalços" sofridos pelos colonizadores (ataques de animais, doenças tropicais e cheias do Guaporé), se constituindo por isso, em fatores que propiciaram a prática das alianças necessárias a sobrevivência destes povos que circulavam nas fronteiras ibéricas. Alianças essas, muito disputadas por ambos os lados.

As populações ameríndias foram amplamente envolvidas nesses antagonismos e, muitas vezes, cooptadas pelo seu colonizador. Neste processo, muitos grupos foram dizimados até o desaparecimento e outros conseguiram sobreviver. As

linhas imaginárias que definiram fronteiras, cortaram territórios milenares de sociedades indígenas, que foram enquadradas numa nacionalidade imposta pelos Estados Modernos ibéricos, que utilizaram sua mão de obra exaustivamente, inclusive militarmente, na defesa destes novos territórios.

os mosquitos contaminantes sempre se mostraram aliados dos portugueses, envenenando o sangue dos que vinham do alto das montanhas dos Andes para combatê-los (espanhóis) morrendo antes do confronto". (MALDI, 1995: 29)

## A fronteira das doenças

Na Europa no começo da Idade Moderna, o medo, camuflado ou manifesto, está presente em toda a parte. Assim é em toda civilização mal armada tecnicamente para responder às múltiplas agressões a um meio ameaçador (...), mas há um espaço onde o historiador está certo de encontrá-lo sem nenhuma falsa aparência. Esse espaço é o mar. (DELUMEAU, 1993: 41)

Refletindo o medo do homem ocidental principalmente em relação às *pestes* e epidemias medievais, diante da impossibilidade do diagnóstico ou do tratamento das doenças, o habitante da fronteira trazia sobre si o estigma da epidemia, que transpôs os mares, povoando as fecundas representações do sertão matogrossense, as privações do alto mar, abordadas por Laura Mello e Souza, no livro *Inferno Atlântico*, veem-se presentes no imaginário fronteiriço do Guaporé, registradas neste relato de 1797:

De Borba para cima toda a restante e mais árdua extensão é deserta até ao forte do príncipe, distante 283 léguas, compreendidas as 70 cachoeiras, onde foram mais necessários e urgentes os mesmos socorros, não só para vencer tão rigoroso trabalhos, mas para supprir a falta de viveres e da gente, que pela mudança para climas mui ingratos, e diversos d'este, foge, e morre a efeito de crueis sezões, das corrupções que a acometem n'estas viagens como nas de longo curso no alto mar, e dos fluxos de sangue, resultando muitas vezes por essas faltas e necessidades de regressar e pedir novos viveres e nova gente, com despezas, incommodos e perigos duplicados. (José Gonçalves da Fonseca Manuscrito pelo Conselheiro do IHGMT Joaquim Maria Nascente de Azambuja, in: RIHGB, 1860: 48, Tomo XXIX)

Acredito haver aqui no ocidente da colônia uma recorrência das imagens sobre a morte na Idade Média, sobre a qual caberia maior averiguação. A presença das doenças na repartição do Mato Grosso (Vila Bela) aparecem em quase todos os documentos analisados.

Essas doenças foram interpretadas no século XVI e XVIII de várias formas, mas sempre associada ao pensamento mágico religioso ocidental onde a ideia de desgraça, sina, punição, chamado, castigo divino, sinal apocalíptico num misto de fé e explicação para o desconhecido.

Para homens de igreja e para os artistas que trabalhavam graças às suas encomendas, a peste era também e sobretudo uma chuva de flechas abatendo se de súbito sobre os homens pela vontade de um Deus encolerizado (...) Já no século XIII, Jacques de Voragine na lenda Aurea uma visão de São Dominique percebendo do céu o cristo irado que brandia três lanças contra a humanidade culpada de orgulho, de cupidez e de luxúria. Clero e fiéis, vendo a Peste Negra e aqueles que a seguiram ao longo dos séculos como punições divinas, assimilaram naturalmente os ataques do mal aos golpes mortais das flechas lançadas do alto (...). Em suma, se não se fugira a tempo, rico ou pobre, jovem ou velho, estava-se ao alcance da flecha do horrível arqueiro. Imaginada pelos meios eclesíasticos leitores do apocalipse e sensíveis ao aspecto punitivo das epidemias, a comparação entre o ataque da peste e o das flechas que se abatem de improviso sobre vítimas teve por resultado a promoção de São Sebastião na piedade popular". (DELUMEAU, 1993: 113-6).

Narrando a saga sertanista do bandeirante paulista e o cotidiano das expedições, Sérgio Buarque de Holanda fez menção às pestes:

Nos antigos documentos paulistanos, a própria palavra 'doença' deve ser constantemente entendida nesse seu sentido genérico, que envolve todo acidente suscetível de provocar dor física. O sertanista delibera fazer seu testamento, em muitos casos, por estar doente 'de uma frechada' (...). Sem admitir como provável a existência de condições de relativas salubridade em muitas das regiões trilhadas pelas bandeiras, não é fácil compreender como puderam realizar-se essas gigantescas expedições. (HOLLANDA, 1995: 91)

Se Portugal na fase moderna foi uma civilização edificada e simbolizada pelo além-mar, do Tejo às águas do Novo Mundo, um oceano de incertezas rodeavam as tripulações das embarcações nos confins destas terras, descritas por vários capitães generais nas epígrafes dos documentos como terras remotas da Capitania de Mato Grosso. Navegar era preciso, mas como navegar diante de tantos medos? Ao tratar das condições de navegabilidade do Rio Guaporé, Denise Maldini buscou uma resposta:

Como era possível que se navegasse ali no século XVIII? Talvez tenha sido, de fato, a compulsão lusitana de se lançar às águas. Somente uma identidade tão sublime com o ato de navegar explicaria tamanha tenacidade em vencer obstáculos que ainda hoje se considera intransponíveis. (MALDINI, 1995: 168)

## Os índios na fronteira dos brancos

A movimentação territorial dos indígenas na América colonial após o contato com os europeus foi bastante intensa, provocando um fenômeno de movimentação populacional pelo continente, na tentativa de fugir da opressão ibérica.

O avanço territorial hispânico partia de San Domingos até o vice-reinado do Peru, na cordilheira dos Andes e Asunción, chegando às margens do Guaporé, e os portugueses saíam do litoral atlântico da América lusitana até as margens ocidentais do rio Guaporé. Nesse espaço, os índios como se movidos por força centrípeta foram sendo acucados e ao fugir dos jugos imperiais acabaram se concentrando nesta parte central da América do Sul, sendo uma teoria bastante provável para explicar a inúmera quantidade e a diversidade de etnias existentes na Capitania de Mato Grosso no séc. XVIII.

A abordagem etnográfica do IHGMT na documentação que pesquisei (fonte secundária), surgiu justamente no princípio da história do pensamento antropológico (Séc. XIX), ao contrário dos posicionamentos setecentistas presentes nos relatos e na documentação histórica (fontes primárias), estando por conta disso impregnada do pensamento evolucionista, fundamentado nos estudos do evolucionista Lewis Morgan:

Cada um destes períodos distingue-se por uma cultura e por um modo de vida mais ou menos característicos. Esta divisão em períodos étnicos permite estudar uma dada sociedade segundo o seu grau de desenvolvimento e fazer dela um objecto independente de estudo e de investigação. (MORGAN, 1973: 24)

A escala evolutiva entre o selvagem e o civilizado fica bastante explícita em algumas passagens das publicações do IHGB, como:

De fato, além de não terem nem uma faca para uso comum, eram precisado muitas vezes a usar de seus machados de pedra para roçar mato, da mesma sorte que o faziam antes de se acharem civilizados. (CORRÊA FILHO, 1984)

Ou então:

A província de Mato Grosso ocupa no centro da América Meridional um espaço de perto de 50.000 léguas quadradas. Mais da metade desta área, a norte do paralelo de

14º, é sertão, que não tem outros habitantes, senão índios selvagens. (LEVERGER in: RIGHB, 1854: 129, Tomo XXVIII).

E plausível a ideia de que o *modus operandi* do imaginário durante o antigo sistema funcionou de certa forma, numa mesma nuance, em toda a colônia, salvo algumas peculiaridades e especificidades daqui ou dali. A Fé, a Lei e o Rei marcaram o cotidiano colonial lusitano.

Sendo assim, os fenômenos mentais, por se constituírem através dos tempos em longuíssima duração, perduraram ao que me parece durante o século XVI, XVII e XVIII, pois as imagens que associavam o gentil bárbaro com as heresias ou endemonização dos índios, resistiram às transformações econômicas e políticas do período denominado pombalino, no Reinado de D. José I, no que diz respeito à tentativa de aldeamento, miscigenação forçada e humanização dos índios estando presente praticamente em todo período colonial.

Segundo informações contidas no trabalho de Denise Maldí, a primeira referência oficial sobre os índios, fornecida pelo Ouvidor-Mor de Cuiabá num inquérito, mencionava os índios Guarayo das Missões de Chiquitos utilizando palavras como *pagões, gente sem fidelidade, salteadores, tragadores de carne humana, falam a língua geral* (MALDI, 1997: 178).

Frisamos a oposição nítida de alteridade entre nós (cristãos) e eles, os bárbaros.

Não podemos nos esquecer também, que a Amazônia e o Vale do Guaporé pré-pombalino eram pontilhadas de missões jesuítas, principalmente do lado espanhol, assumindo a responsabilidade sacrossanta de aldear e catequizar estes índios em reduções de fronteira, como atesta Medrano (1997) ao estudar as fronteiras ibéricas na América. Ela afirma: *o imaginário cruzadista jesuíta, fez com que em nome da expansão da Fé, estivessem presentes no Vale do Guaporé & Amazonas, até bem antes dos bandeirantes* (MALDI, 1997: 40).

O significado etimológico da palavra gentil ou bárbaro contrastava com essa posição *demonizante* dos índios, ratificando as referências iniciais de Ronaldo Vainfas e Laura Mello e Souza.

Ao orientar a criação de uma povoação de índios ao longo do rio Guaporé, o integrante de uma expedição em 1797 afirma que:

esta povoação feita com índios aldeados nas povoações existentes, seria impossível de formar e constituir-se no mesmo pé. Que os habitantes que se formou, eram gentios, e que a formar-se de novo com estes ou outros, será preciso muito, tempo, despeza efectiva, e trabalho, para afinal depois de civilizados se seguir o mesmo que haverá de seguir-se, fundando-se com os já aldeados, e mais civilizados. (RIHGB, 1840: 40, Tomo II)

Um estudo mais aprofundado, a posteriori, explorará melhor a tese central deste trabalho, podendo iluminar importantes aspectos do cotidiano nesse ambiente colonial na Capitânia de Mato Grosso, e principalmente contribuir para a aproximação acadêmica necessária entre História e Antropologia.

## Referências

- BRUMANA, F. *Antropologia dos Sentidos: Introdução às ideias de Marcel Mauss*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CORRÊA FILHO, V. C. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1984.
- DELUMEAU, J. *História do Medo no Ocidente 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- DOSSE, F. *A História em Migalhas: Dos Annales à Nova História*. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1994.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e Fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JESUS, N. M. de. *Ares, Miasmas e Lugares: Práticas médicas e doenças tropicais no centro da América do Sul*. Monografia de Especialização, Departamento de História da UFMT, Cuiabá, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *A História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- LE GOFF, Jacques. *História nova*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.
- MALDI, D. M. *A Teia da Memória. Série Antropologia nº1*. Cuiabá: EdUFMT, 1993.
- MALDI, D. M. De Confederados a Bárbaros: A representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, 40 (2), 1997.
- MALDI, D. M. *Guardiões da fronteira*, Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
- MEDRANO, L. I. Z. de. “Moxos: Uma Missão de Fronteiras (1768-1793)”. In: AZEVEDO, F. L. N. de; MONTEIRO, J. M. (orgs.). *Confronto de Culturas: conquistas, resistência, transformação*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.
- MELLO E SOUZA, L. “Formas provisórias de existência na fronteira”. In: MELLO E SOUZA, L. de; NOVAIS, F. A. (orgs.). *História da vida privada no Brasil*. v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MELLO E SOUZA, L. *Desclassificados do Ouro: Pobreza mineira no séc. XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MELLO E SOUZA, L. *Inferno Atlântico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MELLO E SOUZA, L. *O Diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MENDONÇA, M. C. de. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: inédito, 1985
- MENDONÇA, R. de. *História de Mato Grosso*. 3 ed. Cuiabá: s/ed., 1981.
- MORGAN, L.H. *A Sociedade Primitiva*. Portugal: Presença: 1973.
- NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1985.



NOVO Testamento. Salmos e provérbios. Filadélfia: Companhia Nacional de Publicidade, 1983.

NUNES, J. M. de S. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht/Spalla, 1985.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Tomo I, II, IV, V, VI, VII, 1839/1845.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Tomo XXV, XXVII, XXVIII e XXIX, anos 1862, 1863, 1864, 1865 e 1866.

ROSA, C. A. O caso Maria Eugênia. *Diário Oficial - Suplemento Mensal*, 1 (1). Cuiabá, 31 de julho de 1986.

SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

SILVA, J. V. *Mistura de cores. Política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso - Século XVIII*. Cuiabá: UFMT, 1995.

VAINFAS, R. *A Heresia dos Índios - Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VOLPATO, L. R. R. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: Hucitec, 1987.

VOVELLE, M. *Imagens e Imaginário na História: Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997.

# ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE  
ISSN: 2358-5587

VOLUME 8  
NÚMERO 17  
(MAI./AGO. 2021)

PRAZO FINAL  
DE SUBMISSÃO:  
30 DE ABRIL  
DE 2021

## CHAMADA DE ARTIGOS

DOSSIÊ TEMÁTICO:

RETOMADAS E RE-EXISTÊNCIAS  
INDÍGENAS, NEGRAS E QUILOMBOLAS

COORDENADORXS:

SONIA REGINA LOURENÇO (PPGAS/UFMT)

CAUÊ FRAGA MACHADO (NUPACS/UFRGS)

SANDRO JOSÉ DA SILVA (PGCS/UFES)

# ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE  
ISSN: 2358-5587

*A Aceno recebe em*  
**FLUXO CONTÍNUO,**  
*artigos livres,*  
*resenhas,*  
*ensaios fotográficos,*  
*dossiês (propostas).*  
*Interessados em atuar como*  
**pareceristas**  
*podem realizar seus cadastros no site*